

## Emília pede medidas contra a exploração sexual de crianças

*Senadora destaca necessidade de políticas públicas para enfrentar o problema, uma das recomendações de encontro em Brasília, preparatório para congresso mundial em Estocolmo*

### Tensões entre Acre e Rondônia preocupam

Os senadores Nabor Júnior e Marina Silva estão preocupados com o clima de tensão entre Acre e Rondônia por causa de litígios fronteiriços. Eles pedem ao Supremo Tribunal Federal que apresse o julgamento do problema.  
Página 4



Emília atribui a exploração sexual à desagregação familiar

A senadora Emília Fernandes (PTB-RS) defendeu sexta-feira a adoção de medidas concretas contra a exploração sexual de crianças e adolescentes, entre elas políticas públicas específicas, adoção de leis protetoras e punitivas e formulação de estratégias de mobilização social. Emília lembrou que essas medidas foram propostas no Seminário Contra a Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes nas Américas, realizado em Brasília entre 16 e 20 de abril.

Integrante da Frente Parlamentar Pelo Fim da Violência, Exploração e do Turismo Sexual Contra Crianças e Adolescentes, a senadora disse que o evento de Brasília foi preparatório ao Congresso Mundial Contra a Exploração Sexual Comercial, que ocorrerá em Estocolmo, na Suécia, em agosto.

Segundo a senadora, entre os principais objetivos da frente e do seminário estão o de trabalhar o problema da exploração sexual de menores do ponto de vista dos direitos humanos, e não somente do da violência; e enfatizar que a exploração e o abuso sexual têm uma de suas razões na desagregação social e familiar decorrente da recessão e do desemprego.

Em aparte, o senador Lauro Campos (PT-DF) elogiou as preocupações que orientam a atuação da senadora. Para ele, crianças, adolescentes e velhos têm sido as principais vítimas do que ele chamou de "econocídio".

### Pesquisa da Embrapa mudou produção no cerrado, diz Arruda

O senador José Roberto Arruda (PSDB-DF) exaltou sexta-feira os 20 anos de atuação da Embrapa que, nesse período, através do Centro de Pesquisas Agropecuárias do Cerrado (CPAC), "mudou o mapa econômico e produtivo do Centro-Oeste brasileiro". O senador disse que a Embrapa é a responsável pela revolução ocorrida na região e em todo o cerrado do País.



José Roberto Arruda

Destacando que os cerrados no Brasil ocupam 207 milhões de hectares, basicamente nos estados de Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Tocantins e no Distrito Federal, Arruda informou que atualmente o cerrado brasileiro é responsável por 41% de toda a soja do território na-

cional; 28% da produção de café; 23% da produção de milho; 20% de feijão e algodão; 19% de arroz; 10% da produção de mandioca e de cana-de-açúcar; e 40% do rebanho bovino nacional.

José Roberto Arruda afirmou que, em 1970, a região produzia 5 milhões de toneladas de grãos na exploração de 5 mil-

hões de hectares e, vinte anos depois, em 1990, já havia quadruplicado a produção apenas com a duplicação da área cultivada. O senador frisou também que os cerrados contam hoje com o potencial de cultivo em 136 milhões de hectares capazes de permitirem colheita de 350 milhões de toneladas de alimento.

- Tudo isso só foi possível porque, nos 20 anos de trabalho da Embrapa, o Estado brasileiro teve a coragem de investir em ciência e tecnologia - disse Arruda.

Para o senador, seria importante que, no momento em que o Congresso e o País estão discutindo a reforma do Estado, o governo cuidasse prioritariamente dessas áreas.

Arruda foi apertado pelos senadores Lauro Campos (PT-DF), Josaphat Marinho (PFL-BA) e José Fogaça (PMDB-RS).

# Depor no Senado pode ser obrigatório

*Proposta de emenda constitucional de Odacir Soares estabelece que qualquer pessoa ou autoridade terá que comparecer às comissões da Casa se for convocada*

Proposta de emenda constitucional apresentada pelo senador Odacir Soares (PFL-RO) estabelece a obrigatoriedade para que uma pessoa ou autoridade preste depoimento a qualquer comissão do Senado, desde que convocada. Hoje, uma comissão (exceto CPI) só pode "solicitar" o depoimento, e a pessoa não tem a obrigação de comparecer. Recentemente, os irmãos Magalhães Pinto, ex-donos do Banco Nacional, se recusaram a prestar

depoimento à Comissão de Assuntos Econômicos sobre as fraudes descobertas na instituição financeira pelo Banco Central.

Citando juristas conceituados, Odacir Soares argumenta que o Poder Legislativo tem competência para fiscalizar "todo e qualquer ato praticado a par-



Odacir Soares

tir da administração pública e que envolva bens, valores ou dinheiros de origem pública". E qualquer comissão do Senado tem essa competência, pois ela são o próprio Poder Legislativo. O senador informa que esse entendimento já foi manifestado pelo ministro Mário Gui-

marães, do STF.

Respeitando a independência dos poderes, a emenda constitucional exclui da obrigatoriedade os detentores de mandato eletivo, como estabelece a Constituição. No entanto, um parlamentar que estiver ocupando cargo no Executivo poderá ser convocado a depor em comissões do Senado. Juizes, procuradores e promotores também ficam excluídos, preservando a "intangibilidade da separação dos Poderes".

## Agenda do Dia

### PLENÁRIO

14h30 - Sessão não deliberativa do Senado

*Previsão dos trabalhos para a semana*

### PLENÁRIO

Terça-feira (11.06.96)

14h30 - Sessão deliberativa do Senado

Pauta: Apreciação de diversas matérias, destacando-se: \*Substitutivo do Senado ao PLC nº 104/92, que define e pune contravenção penal referente a condutas atentatórias contra o patrimônio público e privado; e \*Substitutivo do Senado ao PLC nº 232/93, que inclui os incisos X e XI no art. 4º da Lei nº 8.389/91, que institui o Conselho de Comunicação Social.

Quarta-feira (12.06.96)

14h30 - Sessão deliberativa do Senado

Pauta: Apreciação de diversas matérias, destacando-se: \*PEC nº 196, que dá nova redação ao inciso II do art. 192 da Constituição Federal; \*PLC nº 96/94, que altera a Lei nº 7.998/90, que regula o Programa do Seguro-Desemprego, o abono salarial, institui o Fundo de Amparo ao Trabalhador FAT, e dá outras providências; e \*Mensagens nºs. 146, 153, 166 e 167/96, submetendo à deliberação do Senado os nomes dos diplomatas Alexandre Addor Neto, Antonio Carlos Coelho da Rocha, Marcelo Didier e Adolf Libert Westphalen, para exercerem a função de embaixadores do Brasil, o primeiro cumulativamente com a função de embaixador junto a Angola, e à República de São Tomé; os demais, junto ao Estado do Kuwait, ao Reino de Marrocos e Iugoslávia, respectivamente.

Quinta-feira (13.06.96)

14h30 - Sessão deliberativa do Senado

Pauta: \*Substitutivo da Câmara ao PLS nº 57/91, que dispõe sobre o exercício da profissão de Técnico em Turismo; \*PLC nº 28/96, que dispõe sobre a transferência de oficiais entre os diversos corpos e quadros de oficiais da Marinha, e dá outras providências; \*PLS nº 138/95, que cria a área de livre comércio no Município de Cabedelo, no Estado da Paraíba; \*PLS nº 296/95, que altera dispositivos da Lei nº 6.494/77, estendendo o direito à participação em atividades de estágio; e \*PLS nº 313/95, que regulamentam o uso da língua vernácula, para denominações de estabelecimentos industriais, comerciais e de serviços e dos seus produtos e dos respectivos manuais de instruções, guias de informações, mapas, cartas, folhetos, letreiros, painéis e toda e qualquer modalidade de informação destinada ao consumidor brasileiro.

### COMISSÕES

Terça-feira (11.06.96)

### 10h - Comissão de Assuntos Econômicos

Pauta: Apreciação de diversas matérias, não terminativas, destacando-se: \*PLC nº 123/95, que altera dispositivos da Lei nº 8.436/92, que institucionaliza o Programa de Crédito Educativo para estudantes carentes; \*PLS nº 229/95, que dispõe sobre a Política Nacional de Irrigação e Drenagem; \*PLC nº 104/95, que determina que as Câmaras Municipais sejam obrigatoriamente notificadas da liberação de recursos federais para os respectivos municípios; \*Mensagem nº 359/95, que encaminha ao Senado Federal a Programação Monetária relativa ao quarto trimestre de 1995; \*PLS nº 99/95 - Complementar, que dispõe sobre o preenchimento dos cargos de presidente e de diretor do Banco Central do Brasil; e \*PLS nº 198/95 (terminativo), que proíbe o uso de substâncias anabolizantes, naturais ou artificiais, com a finalidade de aumento de massa corporal em animais de abate. Sala 19 - Ala Senador Alexandre Costa.

Quarta-feira (12.06.96)

### 10h - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (extraordinária)

Pauta: Apreciação de diversas matérias, destacando-se: \*PLS nº 253/95 (terminativo), que veda a instalação de juntas de conciliação e julgamento da Justiça do Trabalho em municípios com menos de 200 mil habitantes; \*PEC nº 52/95, que suprime o parágrafo 3º do art. 199 da Constituição Federal que veda a participação de empresas ou capitais estrangeiros na assistência à saúde no País; PEC nº 41/95, que revoga o dispositivo que limita as taxas de juros reais em 12% ao ano; e \*PLS nº 190/95 (terminativo), que define o crime de tortura, nos termos do art. 5º, incisos III e XLIII, da Constituição Federal, e dá outras providências. Sala 03 - Ala Senador Alexandre Costa.

10h - CPI com a finalidade de apurar as denúncias contidas na reportagem da revista "Veja" do dia 30.08.95, sobre o trabalho de crianças e adolescentes no Brasil

Pauta: Reunião de trabalho. Sala 07 - Ala Senador Alexandre Costa.

Quinta-feira (13.06.96)

9h - Código de Trânsito

Pauta: Votação do relatório final. Sala 02 - Ala Senador Nilo Coelho.

10h - Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

Pauta: Indefinida. Sala 07 - Ala Senador Alexandre Costa.

10h - Comissão de Educação

Pauta: Apreciação de diversas matérias, destacando-se: \*PLS nº 234/95 (terminativo), que autoriza o Poder Executivo a criar selo comemorativo ao tricentenário de Zumbi dos Palmares; \*PLS nº 018/96 (terminativo), que dispõe sobre a função de responsável técnico nas empresas de comunicação social; e \*PLS nº 058/96 (terminativo), que dispõe sobre a transferência dos recursos do salário-educação. Sala 15 - Ala Senador Alexandre Costa.

# Hollanda apóia fim de barreira a professor estrangeiro

Para senador, emenda promulgada corrige equívoco que limitava a participação do Brasil no intercâmbio internacional, além de libertar o País do provincianismo e da xenofobia

## Silêncio sobre greve é agressão, afirma Emília

Ao reiterar pedido para que o governo negocie com os professores das universidades federais, em greve desde o dia 16 de abril, a senadora Emília Fernandes (PTB-RS) afirmou que "professores, alunos e a sociedade em geral estão sendo profundamente agredidos com o silêncio" das autoridades.

Na presidência da sessão de sexta-feira, Emília Fernandes registrou a presença, nas galerias, de uma comissão de professores, que veio ao Senado tentar um canal de diálogo com o governo.

"Nos dias atuais, é inadmissível que a capacidade de criação intelectual possa ser restringida pela nacionalidade," afirmou sexta-feira o senador Joel de Hollanda (PFL-PE), ao destacar a promulgação da Emenda Constitucional número 11, que permite a admissão de professores, técnicos e cientistas estrangeiros pelas universidades brasileiras e concede autonomia às instituições de pesquisa científica e tecnológica. Para Hollanda, a emenda habilita o Brasil a integrar-se ao desenvolvimento mundial e traduz o compromisso do Legislativo com o destino da nação brasileira.

Conforme o senador, a iniciativa corrige o engano que limitava o acesso da comunidade universitária e científica brasileira ao intercâmbio internacional e também "libertanos do provincianismo e da xenofobia deslocada". Ele lembrou que grande parte da co-



Joel de Hollanda

munidade científica nacional aperfeiçoa-se no exterior, estudando nos mais prestigiosos centros acadêmicos do mundo, mediante o financiamento de instituições públicas "Por que então haveríamos de dispensar a colaboração dos professores e pesquisadores estrangeiros?", indagou.

Joel de Hollanda também mencionou os diversos projetos precursores dessa emenda, destacando um de autoria do então senador Marco Maciel, atual vice-presidente da República. No entender do parlamentar, depois de perder algumas oportunidades históricas, o Brasil agora "precisa mais do que nunca tratar a educação, a pesquisa e a ciência como investimento indispensável a qualquer país que pretenda um lugar no mundo moderno". Ele explicou que nunca a tecnologia foi tão decisiva para construir uma economia próspera e uma democracia participativa.

## Lauro aponta razões da crise do Estado

O Estado brasileiro entrou em crise porque hipotrofiou suas atividades e ampliou a dívida pública e o déficit orçamentário, afirmou sexta-feira o senador Lauro Campos (PT-DF).

O senador acrescentou que, para manter o Plano Real, o custo social "é incrível". A dívida pública, segundo Lauro Campos, foi elevada a R\$ 139 bilhões e a dívida externa, a R\$ 150 bilhões. Ele citou também o crescimento do desemprego e os reduzidos investimentos na área social.



Lauro

## Para Fogaça, confisco foi idéia da esquerda



Fogaça

O senador José Fogaça (PMDB-RS) atribuiu às esquerdas a idéia do confisco da poupança.

Para ele, o atual ministro do Planejamento, Antônio Kandir, pode ser criticado por sua participação no governo Collor, "que tentou dirigir o País sem o apoio de um partido com base na sociedade. Contudo, a idéia do confisco da poupança não é dele, mas de economistas de oposição comprometidos com teses defendidas pelas esquerdas".

O senador Lauro Campos (PT-DF) discordou, em aparte, lembrando que a prática do confisco da poupança surgiu na Alemanha, em 1948.

## Bombeiros constataam alto risco no Anexo I do Senado

Os cerca de 50 peritos do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal (CBMDF) que estiveram sexta-feira realizando uma inspeção no Anexo I do Senado, a fim de verificar as condições de segurança das suas instalações contra incêndio, ficaram estarelecidos com o que viram. O coronel Valmir Lima, um dos comandantes da operação, considerou o prédio "uma verdadeira vela", capaz de queimar inteiro com grande facilidade e com muitas vítimas fatais. O laudo técnico da perícia será encaminhado oficialmente ao Senado dentro de uma semana, e divul-

gado a toda a imprensa, para servir de alerta a toda a população e especialmente aos usuários desse prédio.

Entre 20 irregularidades detectadas no Anexo I do Senado pelo Corpo de Bombeiros, destacam-se a inexistência de *sprinklers*, a falta de pressão capaz de levar a água até os andares superiores com força suficiente para apagar labaredas maiores, o excesso de fiação, grande quantidade de embaçamento nas lajes e a total ineficácia da chamada escada de incêndio do prédio.

O diretor-geral do Senado, Agaciel Maia, afirmou que está plenamente de acordo

com as advertências feitas pelo Corpo de Bombeiros quanto às medidas que devem ser adotadas para melhorar as condições de segurança do prédio.

Ele informou que deverá ser renovada a brigada de incêndio, integrada por funcionários, e que, mediante convênio, serão solicitados quatro soldados bombeiros, para dar plantão no 28º andar e no térreo, a fim de prestar orientação em casos de emergência. Também será feita revisão na parte elétrica do prédio e treinamento dos servidores com simulação periódica.

# Nabor pede solução para fronteira Acre/Rondônia

Senador apela ao ministro Celso de Mello, do STF, para que apresente parecer conclusivo sobre processo que já dura 10 anos

O senador Nabor Júnior (PMDB-AC) dirigiu apelo ao ministro Celso de Mello, do Supremo Tribunal Federal, para que apresente o seu parecer conclusivo sobre processo que se "arrasta há mais de 10 anos"



Nabor Júnior

naquela Corte, em torno de litígio territorial entre o Acre

e Rondônia, envolvendo as localidades de Extrema e Califórnia.

O senador afirmou que anteriormente tentou-se chegar a uma solução política para o problema. No entanto, disse ele, as negociações esbarra-ram nos interesses políticos. "A situação pode se agravar

se as populações daquelas localidades fecharem a BR-364. O prejuízo será enorme para o Acre", advertiu.

Segundo o senador, por não haver uma definição sobre o litígio, as populações das duas vilas, oriundas principalmente da região Sul, estão sem receber qualquer atendimento por parte dos governos estadual ou federal.

## Marina alerta para risco de conflito

A senadora Marina Silva (PT-AC) advertiu para o risco de conflito na fronteira entre Acre e Rondônia, em razão da ameaça dos moradores das vilas Califórnia e Extrema de bloquearem a rodovia BR-364. Conforme a senadora, as duas comunidades protestam contra a falta de investimentos públicos, por não estar definida a jurisdição estadual a que pertence cada uma. Ela disse temer

confronto da população com a polícia dos dois estados.

Marina solicitou gestões do Senado junto ao presidente da República e ao ministro da Justiça no sentido de resolverem o problema, sugerindo que Nelson Jobim atue como mediador. Ela lembrou que o litígio tem mais de 10 anos e a



Marina Silva

questão se encontra no STF, tendo como relator o ministro Celso de Mello. Uma das soluções, disse a senadora, é a concretização de acordo proposto, mas posteriormente não assumido, pelo governador de Rondônia, no sentido de que a vila Extrema ficasse com Rondônia e a vila Califórnia com o Acre.

## Requião cobra do governo abertura de ponte no Paraná

O senador Roberto Requião (PMDB-PR) cobrou do presidente Fernando Henrique a abertura de uma ponte entre Capanema, no Paraná, e Andresito, na Argentina, por ele construída quando governador e entregue há dois anos ao gover-



Requião

no federal. Ele criticou a lentidão do governo em abrir a ponte.

Requião explicou que a obra encurta em 200 km o caminho entre o sudoeste do seu estado e Foz do Iguaçu. "Mas até hoje o

governo federal não abriu a ponte, porque existe uma dispu-

ta ridícula entre o Ministério da Fazenda e a Casa Civil da Presidência em torno de cargos de R\$ 250,00."

O senador considera a demora na abertura da ponte "reveladora do quadro geral de inação do governo federal". O senador José Roberto Arruda (PSDB-DF) discordou das adjetivações usadas por Requião contra o presidente da República, concordando, contudo, com a necessidade de abertura da ponte.

## Valmir exige política de emprego para Brasília

O senador Valmir Campello (PTB-DF) cobrou "uma política para combater o desemprego em Brasília, onde



Valmir

150 mil pessoas estão desempregadas". Segundo ele, 18% da população da capital da República estão sem trabalho e o governo do Distrito Federal nada faz. Valmir disse que sentiu "uma certa alegria" com o editorial do *Correio Braziliense* de sexta-feira, intitulado "Menos Sufoco", referindo-se à questão e a uma possível retomada do desenvolvimento do País.

## Gilvam Borges elogia artigo de Sarney

O senador Gilvam Borges (PMDB-AP) leu a íntegra do artigo "Pobre Santa Geneveva, padroeira de Paris", de autoria do senador José Sarney, publicado na quinta-feira no *Correio Braziliense*. Gilvam disse tratar-se de análise profunda da sociedade ocidental, que, contrariamente às primitivas e às orientais, têm se caracterizado pelo abandono dos mais velhos. No artigo, Sarney afirma que as mortes na Clínica Santa Geneveva, assim como as da Candelária, do Carandiru e de Eldorado dos Carajás, são um problema social que "chegou pela via do problema moral que devasta nossos valores".

### MESA DIRETORA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney ■ 1º Vice-Presidente: Teotônio Vilela Filho  
2º Vice-Presidente: Júlio Campos ■ 1º Secretário: Odacir Soares  
2º Secretário: Renan Culheiros ■ 3º Secretário: Levy Dias  
4º Secretário: Ernandes Amorim ■ Suplentes de Secretário: Antonio Carlos Valadares ■ Eduardo Suplicy ■ Emília Fernandes ■ Ney Suassuna

■ Diretor-Geral do Senado: Agaciél da Silva Maia ■ Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva

### Jornal do Senado

Órgão de divulgação da Secretaria de Comunicação do Senado Federal  
Diretor da Secretaria de Comunicação Social: Fernando Cesar Mesquita  
Diretor da Subsecretaria de Divulgação: Helival Rios ■ Coordenador de Jornalismo: Flávio de Mattos ■ Chefe do Serviço de Imprensa: José do Carmo Andrade  
Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida e José Humberto Mancuso  
Diagramação: Sérgio Silva e Wesley Carvalho ■ Fotos: Cêlio Azevedo, Márcia Kalume e Adão Nascimento ■ Revisão: Maria das Graças Avelino e Lindolfo Amaral  
■ Veja no Diário do Senado a íntegra dos projetos e pronunciamentos citados.

Impresso no Centro Gráfico do Senado Federal